Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO II - Nº 8 - JULHO/AGOSTO DE 2013

EDITORIAL

Outros tempos

Aos colaboradores do **JP**, o nosso muito obrigado. Nesta edição, temos contribuições de fotógrafos profissionais e amadores que clicaram as manifestações por Goiânia afora.

Abrindo esta edição, o professor Paulo Marçal, do curso de Agronomia, oferece aos nossos leitores informações sobre como é possível que a produção de alimentos orgânicos substitua a agricultura convencional. É um sopro de esperança e nos indica outros caminhos não só para uma alimentação mais segura e saudável, mas para um mundo mais sustentável.

O Brasil vivenciou o balançar das ruas através das manifestações populares. O MPL - Movimento Passe Livre – foi o motor de arranque e outras reivindicações foram proclamadas. Em junho, estudantes e populares marcharam pelas ruas de São Paulo, e a despreparada Polícia Militar baixou o cacete. Os robocops adoraram o exemplo paulista e reprimiram com violência manifestações pacíficas em todo o Brasil. Em Goiás, estudantes e professores nos contam como a polícia bateu sem dó.

Por outro lado e infelizmente, os chamados vândalos roubaram a cena. Final de manifestações com violência: não é uma originalidade brasileira. Na França, por exemplo, quase todas as manifestações terminam com depredações promovidas pelos casseurs (quebradores). Lá, a maioria são jovens da periferia, aliados aos anarcos que defendem o rompimento com o Estado. Por aqui, ainda não sabemos quem são os nossos casseurs.

Contatos com a redação

(62) 3202-1280

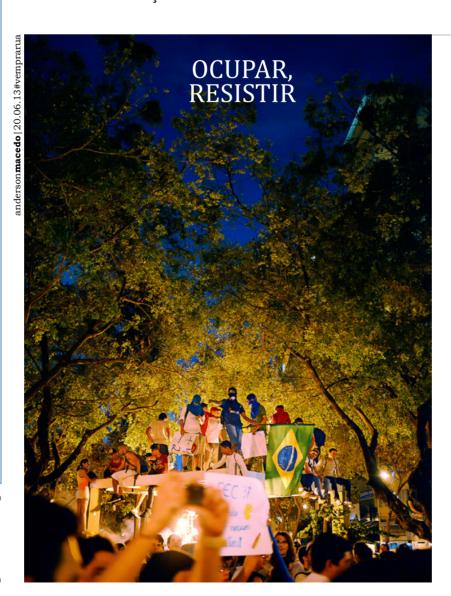
jornaldoprofessor@adufg.org.br



REVOLUÇÃO ORGÂNICA - Paulo Marçal (Agronomia) luta por uma vida sem agrotóxicos. Páginas 6 e 7

Pesquisa do impossível

Entre os mais citados do mundo em publicações científicas, pesquisadores do ICB criticam condições de trabalho e modelo de avaliação produtiva na UFG. Páginas 8 e 9



Fui espancado com socos no rosto e chutes nas costas. Algemado, levei mais dois socos"

Alexandre Aguiar

Godos os professores da UFG têm obrigação de defender e apoiar a agenda de lutas"

João Alberto Pinto

Depoimentos de violência policial contra professores

Artigos de opinião com análises das manifestações

> Galerias de fotos dos protestos em Goiânia Páginas 2 e 3; 10 a 16

João Alberto da Costa Pinto*



Em defesa da tarifa-zero nos transportes públicos

Em torno da agenda de lutas pela redução das tarifas dos transportes públicos organizada por jovens estudantes e trabalhadores desenhou-se nas últimas semanas uma prática política radicalmente inovadora. Prática essa que em torno de uma pauta concisa, mas fundamental, foi magistralmente organizada na contundência da argumentação técnica precisa, tão rigorosamente impecável como irrefutável porque centrada por um radicalismo de perspectiva no que se refere à defesa intransigente da luta social dos trabalhadores pela superação de um problema

Todos os professores da UFG têm a obrigação moral de defender e apoiar a agenda de lutas desses jovens estudantes e trabalhadores (muitos deles são nossos alunos). As salas de aula da UFG têm que se tornar um campo de batalha moral na defesa intransigente por melhores condições de transporte para Goiânia estrutural imanente a todas as experiências históricas do urbanismo brasileiro: a questão do direito ao acesso a transportes públicos de qualidade. Das práticas desse radicalismo de perspectiva resultou-se o desnudamento da paralisia institucional dos poderes públicos, assim como o autismo político de grande parte dos partidos políticos e centrais sindicais. Em poucas semanas o País foi visceralmente revirado nas suas colossais contradições econômico-políticas, contradições que os trabalhadores percebem e sofrem há muito, mas agora expostas e conflitadas como há muito não se fazia na história recente do País.

E qual tem sido a lógica do radicalismo de perspectiva das lutas sociais nas principais capitais em torno da questão dos transportes públicos? Indago aqui uma hipótese. Afirma-nos João Bernardo (na sua trilogia – "Marx crítico de Marx" [1977]) que se não "existisse uma infraestrutura de transportes a produção pararia, porque o espaço entre os locais de produção e os de habitação tornou-se impossível de percorrer a pé", assim, os "transportes públicos são uma condição da tecnologia capitalista, fazendo dela parte integrante, e são exigidos pelo desenvolvimento

do capitalismo", e para provar a sua assertiva, o autor conclui afirmando que "uma demonstração bastante evidente da função quase exclusiva-

mente produtiva dos transportes públicos é a diminuição da sua frequência, ou até a sua supressão aos domingos e dias feriados" (Bernardo, 1977, volume 2, p. 76). Para o autor, os meios de transporte são uma das mais importantes condições gerais de produção, tanto que se fossem as próprias empresas a transportar os seus trabalhadores, esses transportes "decorreriam do capital constante de cada empresa". Com o crescimento das cidades e com a distribuição dos locais de habitação e dos locais de trabalho como espaços separados, não é mais possível para uma empresa manter um sistema próprio de transportes. Com a expansão do capitalismo, o setor de transportes públicos torna--se aspecto central nas condições gerais de produção para a mobilidade da força de trabalho. Sendo o sistema de transportes públicos parte das condições gerais de produção, as empresas deixam de tê-lo como parte integrante do seu capital constante. Esse sistema de transporte precisa autofinanciar-se (com tarifas, impostos e demais tributos sobre o capital e o trabalho), assim, os salários dos trabalhadores (no pagamento das tarifas) acabam por financiar o capital constante das empresas, pois, como afirma João Bernardo, "um

serviço que, em princípio, pelas suas funções tecnológicas, devia decorrer do capital constante das fábricas, passa a estar dependente também do salário", o que significa, portanto, "que o assalariado fornece uma parte do seu salário para suprir as lacunas do capital constante do capitalista" (Idem, p. 77).

Concordando com hipótese de que os transportes são tecnologia fundamental para a realização da mais-valia, por conclusão óbvia, um serviço de péssimas condições de deslocamento dos trabalhadores das suas moradias para os seus locais de trabalho tende a travar a operacionalização da própria produção. Ônibus lotados, atrasados e caros na tarifa são um entrave à eficácia produtiva. A realidade das péssimas condições dos transportes públicos é marca geral de obsoletas condições gerais de produção para a cidade e pior fica quando esses mesmos transportes são terceirizados criminosamente e explorados violentamente pela alta de tarifas imposta pelo banditismo empresarial do setor.

Uma cidade com tais entraves não poderá apresentar-se em processo de capacitação contínua na realização intensificada da mais-valia relativa, assim, por paradoxal que possa parecer lutar pela redução das tarifas dos ônibus ou mesmo lutar pela tarifa-zero é impor à própria lógica do capital a obrigatoriedade da reestruturação produtiva em novas bases tecnológicas, porque só assim poderá recuperar as perdas na mais-valia provocadas pelo custo agregado dos transportes à própria realização da exploração.

Transportes ineficazes roubam preciosos minutos ou horas diárias das vidas dos trabalhadores e demais usuários. A luta pelo passe-livre é uma luta política de classe dos trabalhadores, luta em defesa do seu tempo livre ou de melhores condições para o seu tempo livre (mesmo que se deslocando para o trabalho), mas, paradoxalmente, é também uma luta que em se fazendo vi-

toriosa como a que estamos assistindo, obrigará a produção capitalista a reorganizar-se tecnologicamente na lógica de expropriação do valor para bancar tais custos que sempre foram de sua responsabilidade institucional ou para bancar a ele-

Das práticas desse radicalismo de perspectiva (na luta pelo direito ao acesso a transportes públicos de qualidade) resultou-se o desnudamento da paralisia institucional dos poderes públicos, assim como o autismo político de grande parte dos partidos políticos e centrais sindicais 99

vação dos impostos que o Estado exigirá nos custos das reduções tarifárias ou a eliminação das mesmas. Lutar por melhores condições nos transportes públicos é uma pauta para todos os trabalhadores dentro da "fábrica social" (na expressão clássica de Mario Tronti) contra as condições que os subsumem à lógica expropriadora da mais-valia, essa é a real e permanente luta política dos trabalhadores no universo concreto do capitalismo, as lutas sociais contemporâneas pelo controle do tempo-vivo, porque o tempo-vivo dos trabalhadores nunca será o tempo-vivo dos capitalistas.

Todos os professores da UFG têm a obrigação moral de defender e apoiar a agenda de lutas desses jovens estudantes e trabalhadores (muitos deles são nossos alunos). As salas de aula da UFG têm que se tornar um campo de batalha moral na defesa intransigente por melhores condições de transporte para Goiânia.

A realidade das péssimas condições dos transportes públicos é marca geral de obsoletas condições gerais de produção para a cidade e pior fica quando esses transportes são terceirizados criminosamente e explorados violentamente pela alta de tarifas imposta pelo banditismo empresarial do setor 99

* Professor da Faculdade de História da UFG

Alexandre Aguiar dos Santos*

A ascensão do fascismo e os protestos sociais

O protesto social tem tomado as ruas da nação brasileira e explicita uma indignação generalizada do povo com as condições sociais da vida. O movimento pela redução da tarifa de transporte coletivo passou a ser o catalisador desta indignação e mobilizou milhões de brasileiros a partir da semana do dia 20 de junho, e foi reforçado pela paralisação nacional do dia 11 de julho. As pautas sociais são diversas e explicitam um sentimento de inconformidade social com o status quo de uma ordem econômica e social voltada para a satisfação dos interesses da classe dominante. Decorrente desta centralização e concentração de riqueza nas mãos de poucos, ocorre a crescente barbárie social, em que a indignação política e econômica é potencializada pela generalizada insegurança social cotidiana das classes trabalhadoras.

A eclosão do protesto de massas constitui-se numa possibilidade histórica para os movimentos, partidos políticos, organizações e todos aqueles que lutam por mudanças sociais. Este movimento de ir para as ruas é o inicio de uma mudança na consciência das massas, e rompe com a passividade que é conveniente à ordem social autocrática. A motivação política, econômica e social, ou seja, ideológica das massas ainda está numa fase inicial do seu desenvolvimento e tem possibilidades de se desdobrar num amplo processo de conscientização sobre os graves problemas sociais e econômicos que afligem a sociedade brasileira, em especial as classes trabalhadoras.

Este processo de conscientização está em permanente disputa entre as forças da ordem – representantes do bloco de poder dominante – e os movimentos, partidos e militantes de esquerda que buscam um país democrático em que os interesses populares fiquem no primeiro plano.

O bloco de forças dominante – formado pelos monopólios, pelo latifúndio e pelo imperialismo - que hegemoniza a política e a ação do estado no Brasil, percebe esta mudança de consciência e passa a realizar uma dupla ofensiva contra este nascente movimento: 1) Realiza a disputa das pautas reivindicativas - estabelece um horizonte político voltado para a perpetuação dos seus interesses. Esta disputa política e ideológica ocorre predominantemente por meio da concentração e centralização das principais empresas de comunicação social, em especial as televisões e meios impressos, procurando manipular permanentemente os anseios populares em benefício de poucos; 2) Para o enfrentamento direto com os manifestantes, reforça os aparatos de repressão social – expandindo o estado policial, produzindo leis que criminalizam o protesto social e a militância política das classes trabalhadoras, reciclando mecanismos de repressão e manipulação próprios do fascismo. Trata-se de uma estratégia neoconservadora de estruturar e desenvolver mecanismos antidemocráticos de contenção social, reeditando e reciclando os meios da contra-revolução preventiva. O protesto social traz a luz do dia à fragilidade da democracia restrita, forjada para a realização dos interesses dos "de cima" da ordem social capitalista.

Do outro lado, os movimentos sociais, partidos, organizações e militantes de esquerda são desafiados pela ascensão do movimento de massas. Após presenciarem décadas de recuo político das organizações da esquerda - imposta por uma luta de classes latente em que predominaram os diferentes pactos organizados pela oligarquia e com participação ativa de ex-lideranças dos trabalhadores - estão diante da árdua tarefa de ampliar este processo de conscientização para que os protestos concretizem mudanças estruturais no enfrentamento das grandes questões sociais atuais como a fome, a miséria, educação, a saúde, a expansão do estado policial (violência institucional), a dívida pública e a democracia. As possibilidades de mudanças sociais estruturais dependem do desenvolvimento de uma consciência de classe capaz de opor-se ao projeto fascista do bloco de poder dominante. Neste sentido, a constituição de uma sociedade democrática, com protagonismo popular, é essencial para que as massas possam conscientemente decidir sobre o futuro da nação, abrindo caminho para a superação da ordem destrutiva do capital.

O desafio para os partidos, organizações, movimentos e militantes socialistas é a concretização da mediação entre o cotidiano dos protestos na rua e a estratégia da revolução brasileira, da construção de uma sociedade em que os produtores (classes trabalhadoras) sejam também os controladores da produção, racionalizando o processo produtivo subordinado aos interesses gerais da sociedade.

O protesto social pode se constituir num dinâmico processo de formação de militantes e lideranças de uma nova e necessária organização social. Diante do permanente avanço da barbárie da ordem sócio metabólica do capital, um outro mundo – socialista – não é apenas possível, trata-se de uma necessidade social.

* Professor da Faculdade de Direito do Câmpus Cidade de Goiás Nelson Lopes Figueiredo*



Faltaram bandeiras

Faltaram muitas bandeiras nas grandes manifestações populares de junho que sublevaram a sociedade brasileira. Entre elas, lamente-se a ausência de protestos contra os cargos em comissão e as terceirizações, distorções nefastas que impedem a realização de concursos públicos e dificultam ou retardam criminosamente o acesso aos cargos públicos de um grande contingente de jovens que anualmente são atirados no mercado de trabalho. É comum na administração pública dos vários níveis a criação de cargos em comissão de forma descontrolada, quase sempre para o desempenho de atividades permanentes, contrariando a Constituição, que só permite tais cargos para funções de chefia ou assessoramento.

O que se verifica na prática administrativa é o abuso generalizado no quantitativo das funções de confiança e dos cargos em comissão, que são criados de forma descontrolada e abusiva pelos entes da federação (União, estados, municípios e Distrito Federal) acima das reais necessidades

dos serviços, tão somente para atender às insaciáveis demandas do empreguismo patrimonialista que compromete o bom funcionamento e a moralidade da máquina estatal, conforme anotei no capítulo voltado para esse tema em livro recente, "O Estado Infrator" (2012), concentrado em desnudar as causas e os maléficos efeitos dessas e outras distorções que tisnam o cenário da vida pública brasileira.

Só para dar um exemplo recente da dimensão desse descalabro que merecia não apenas uma, mas muitas bandeiras e faixas nas ruas, mencione-se o levantamento confiável, publicado por *O*

Lamente-se
a ausência de
protestos contra
os cargos em
comissão e as
terceirizações,
distorções
nefastas que
impedem
concursos
públicos e
retardam o
acesso a
cargos

Estado de S. Paulo, no dia 14 de julho, segundo o qual entre 2008 e 2012 os 5.566 prefeitos de municípios brasileiros criaram 64 mil cargos em comissão, fazendo subir de 444 mil para 508 mil servidores. Juntos, eles lotariam os oito maiores estádios da Copa de 2014.

Indiferente as tais aberrações constata-se, para nosso consolo, que um grande número de jovens ingressou no serviço público pela porta larga do concurso. Inegável que a atuação desse formidável batalhão de mentes renovadoras tem representado enorme contribuição à qualidade e eficiência dos serviços prestados ao público de todas as camadas sociais. Os exemplos dados à nação pelos promotores, juízes, delegados, agentes do fisco, médicos, professores, enfermeiras, gestores, servidores administrativos e técnicos concursados estão aí para todos, todos os dias. Nos vários campos de ação do poder público existe pessoal qualificado prestando serviços de qualidade e mudando as coisas para melhor, diariamente. Num trabalho anônimo, silencioso, mas de extrema relevância social.

Por isso é que senti a ausência de cartazes e faixas de protesto: abaixo os cargos em comissão; terceirização no serviço público jamais; mais concursos públicos, menos embromação. Mas estamos aprendendo. Outras manifestações virão, e com muito mais faixas e cartazes, colorindo as ruas e as praças da democracia.

* Professor aposentado da Faculdade de Direito



RESPINGOS

HFA

Como ler seu contracheque

Docentes, principalmente aqueles com razoável tempo de serviço, encontram dificuldades para lerem, entenderem e até questionarem seus contracheques, documentos pessoais e que, como tal, devem ser plenamente conservados. De fato, existem muitas rubricas: adicional por tempo de serviço, artigo 192,

função de chefia, função comissionada e muitas outras, que são vantagens individuais. Para facilitar a leitura do contracheque, o **JP** organizou didaticamente as rubricas. A organização das informações foi feita com a colaboração da Coordenação Financeira e do Departamento do Pessoal da UFG.

ATIVOS

Sem Retribuição por Titulação (RT) - graduados

- Vencimento Básico (VB) varia de acordo com classe, nível e carga horária
- Adicional por Tempo de Serviço (ATS/Anuênio) corresponde ao percentual incidente sobre o vencimento básico
- Adicional de Insalubridade, cujos percentuais são de 5%, 10% e 20%, incidentes sobre o VB
- Raio-X percentual único de 10%, incidente sobre o VB
- Periculosidade percentual único de 10%, incidente sobre o VB
- Função Gratificada (FG) gratificação por desempenho de função, quais sejam: cargo de direção (CD), auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escola (para quem tem filhos de 0 a 6 anos e que não utilizam a creche da UFG)
- Adicional Gestão Educacional FG

ATIVOS

Detentores da Retribuição por Titulação (RT) - especialistas, mestres e doutores

- Vencimento Básico (VB) varia de acordo com a classe, nível e carga horária
- Adicional por Tempo de Serviço (ATS/Anuênio) corresponde ao percentual incidente sobre o vencimento básico
- Adicional de Insalubridade, cujos percentuais são de 5%, 10% e 20%, incidentes sobre o VB
- Raio-X percentual único de 10%, incidente sobre o VB
- Periculosidade percentual único de 10%, incidente sobre o VB
- Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI, Art. 62 da Lei 8112/90) - incorporação de função, FG ou CD - chefia
- Função Gratificada (FG) gratificação por desempenho de função, quais sejam: Adicional de Gestão Educacional, cargo de direção (CD), auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escola (para quem tem filhos de 0 a 6 anos e que não utilizam a creche da UFG)
- Retribuição por Titulação (RT) conforme a classe, nível, carga horária e a titulação

APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÃO

Sem Retribuição por Titulação (RT) - graduados

- Vencimento Básico (VB) - varia de acordo com a classe, nível e carga horária

- -Adicional por Tempo de Serviço (ATS) o quantitativo de ATS corresponderá ao percentual incidente sobre a diferença do Art. 192, Inciso I, da Lei 8.112/90
- Diferença Proventos Art. 192, Incisos I e II, Lei 8.112/90 para quem se aposentou até 1997
- Opção de Função o servidor percebe 60% do valor integral do Cargo de Direção (CD), da mesma forma que é pago para quem está em atividade
- Vantagem do Art. 184, Inc. I, Lei 1.711/52 (antigo Estatuto do Servidor Público Federal) com provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior. Nesse caso há também a incidência do ATS (armênio)
- Vantagem do Art. 184, Inc. II, Lei. 1.711/52 (antigo Estatuto do Servidor Público Federal) com provento aumentado de 20% quando ocupante da última classe da respectiva carreira
- Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI, Art. 62 da Lei 8112/90) - incorporação de função, FG ou CD

APOSENTADOS E INSTITUIDORES DE PENSÃO

Detentores da Retribuição por Titulação (RT)

- Vencimento Básico (VB) varia de acordo com a classe, nível e carga horária
- Adicional por Tempo de Serviço (ATS) o quantitativo de ATS corresponderá ao percentual incidente sobre a diferença do Art. 192, Inciso I, da Lei 8.112/90
- Diferença Proventos Art. 192, Incisos I e II, Lei 8.112/90 para quem se aposentou até 1997
- Opção de Função o servidor percebe 60% do valor integral do Cargo de Direção (CD), da mesma forma que é pago para quem está em atividade
- Vantagem do Art. 184, Inc. I, Lei 1.711/52 (antigo Estatuto do Servidor Público Federal) com provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior. Nesse caso há também a incidência do ATS (armênio)
- Vantagem do Art. 184, Inc. II, Lei. 1.711/52 (antigo Estatuto do Servidor Público Federal) com provento aumentado de 20% quando ocupante da última classe da respectiva carreira
- Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI, Art. 62 da Lei 8112/90) - incorporação de função, FG ou CD
- Retribuição por Titulação (RT) conforme a classe, nível, carga horária e a titulação

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes



CARTAS DOS LEITORES

 Parabéns pelo trabalho, pois o Jornal do Professor ficou lindo e facílimo de encontrar as notícias. Adorei.

Judith Furquim

Ex-funcionária da Adufg Sindicato

• Ao nosso magnífico reitor eleito, Orlando do Valle: aproveite melhor os aposentados que querem continuar no trabalho. Minha paixão é dar aula!

Delfino da Costa Machado Médico, aposentado do ICB

ERRAMOS

A professora Maria do Rosário Cassimiro foi reitora da UFG de 1982 a 1985, e não de 2008 a 2012, como foi publicado na última edição. Cassimiro foi a a primeira mulher a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil.

Adufg

17ª Diretoria Executiva Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges Presidente

> José Wilson Nerys Vice-presidente

Elias Nazareno Diretor Secretário

Bartira Macedo Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada Diretor Adjunto para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II - Nº 8 - JULHO 2013

Editor e idealizador do projeto Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação Cleomar Nogueira

> Repórter Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem 3.000 exemplares

Impressão Flexgráfica

Contato jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280 Produção e edição Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato www.adufg.org.br Goiânia, julho/agosto 2013 • 5

NOTÍCIAS DA ADUFG SINDICATO

ADUFG SINDICATO APÓIA PROFESSOR INTERPELADO POR CARLOS CACHOEIRA

A Adufg Sindicato manifestou, por meio de ofício, solidariedade ao professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, Dijaci David de Oliveira (foto), que foi interpelado judicialmente por Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlos Cachoeira. O motivo da interpelação é um artigo de opinião de autoria do professor publicado no jornal O Popular em 14 de abril deste ano. No texto de título "Geografia do crime", Dijaci, cumprindo seu dever como sociólogo e educador, faz uma análise sociológica do funcionamento de organizações criminosas e cita Carlos Cachoeira, condenado pela Justiça pelos crimes de peculato, corrupção ativa, violação de sigilo e formação de quadrilha. Cachoeira



argumenta ter se sentido agredido moralmente devido à utilização de termos como "contraventor". Bacharel em Sociologia e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), Dijaci é doutor em Sociologia também pela UnB e leciona no curso de Sociologia da UFG. A Adufg Sindicato colocou seu departamento jurídico à disposição do professor.

PROFESSORES SINDICALIZADOS APROVAM PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Adufg Sindicato apresentou aos professores sindicalizados o parecer sobre a prestação de contas da diretoria executiva da entidade, referente ao exercício fiscal do ano de 2012. Apresentado em assembleia no dia 25 de junho, o parecer da comissão fiscal foi aprovado por maioria dos professores presentes. Na ocasião, como previsto no artigo 43 do estatuto do sindicato, também foram definidos os novos integrantes do Conselho Fiscal. Foram eleitos pela plenária os professores Abraão Garcia (IPTSP), como titular, e Liliane Magalhães Nunes (IQ), como suplente. Nos encaminhamentos, por unanimidade, os presentes deliberaram pela divulgação mensal dos balancetes financeiros da Adufg Sindicato nos veículos de comunicação da entidade, além da elaboração de um planejamento financeiro para o próximo ano e de um maior detalhamento nas receitas e despesas que serão divulgadas, ações compreendidas como meio de dar mais transparência à gestão administrativo-financeira.

CONSULTA À COMUNIDADE ACADÊMICA DEFINE NOVO REITOR E VICE-REITOR DA UFG

Estudantes, técnicoadministrativos e professores definiram no dia 20 de junho Orlando Afonso Valle do Amaral e Manoel Chaves (foto), da única chapa inscrita na consulta, como os próximos reitor e vice-reitor da UFG, para o mandato 2014/2017. A consulta foi realizada em Goiânia, Catalão, Jataí, Cidade de Goiás e Firminópolis, totalizando 39 seções eleitorais, com a participação de 1.310 docentes, 1.475 técnico-administrativos e 2.776 estudantes. Mais de 400 pessoas, entre docentes, técnicos e estudantes, foram voluntários no processo eleitoral.



CLIMA DE ANIMAÇÃO E CONFRATERNIZAÇÃO MARCA EDIÇÃO JUNINA DO QUINTART



Pelo menos 400 pessoas entre professores, familiares e convidados participaram do Quintart Junino deste ano, realizado na última quinta-feira de junho, no Salão Cultural da sede administrativa da Adufg Sindicato. No ritmo da banda Forró do Bem, dançaram e se divertiram em uma animada e improvisada quadrilha.

Aniversário de três anos consolida o coral Vozes da Adufg



O coral Vozes da Adufg celebrou três anos de existência em evento especial na noite do dia 1º de julho, no Espaço Cultural da Adufg Sindicato. Coralistas Eunice, Ruti, Lorimá, Ângelo e outros animaram a noite de festa com canções populares brasileiras e italianas. Na solenidade, o grupo realizou uma homenagem à Diretoria Executiva do sindicato, entregando uma pintura do lago da sede campestre realizada pela coralista Ivanilde Castro, e um retrato com a foto oficial do coral. Cada integrante foi homenageado pela coordenação do coral e pelo sindicato, como reconhecimento pela importância do grupo. Para a professora Rosana Borges (ao centro na foto), diretora presidente da Adufg Sindicato, "o coral não é, e não pode ser visto, como benevolência dessa ou daquela diretoria. É um direito dos sindicalizados, direito de se organizar nas diversas frentes. Os três anos de existência do Coral Vozes da Adufg, que só cresce e se fortalece, demonstram a pluralidade de atividades e interesses que permeiam nossa entidade", disse a professora.

Oplano odontológico **Uniodonto Goiânia** informa que estarão abertas as novas adesões do convênio com a Adufg Sindicato para associados e dependentes, sem carência, **até 15 de setembro**.

Para um bom uso do plano, a **Unimed Goiânia** alerta ao usuário para que faça seus exames o mais rápido possível, para retornar ao médico antes de **20 dias** e evitar nova consulta.

Morte a prazo com agrotóxicos

Agro Centro-Oeste discute efeitos do uso de venenos na agricultura; danos à saúde ainda não são conhecidos

De repente,

aparece

uma doença.

O médico

não vê a

causa, até

porque, às

vezes, o

princípio

ativo do

veneno que

causou o dano

já saiu do

organismo.

Não existe na

medicina uma

começaram a

se preocupar

Mais de 100 crianças aproveitavam o sol do recreio, numa quadra de esportes da Escola Municipal Rural de São José do Pontal, município de Rio Verde, quando um avião agrícola em rasante despejou uma nuvem de veneno no ar.

Começaram as náuseas, dores de cabeça, vômitos, formigamentos pelo corpo, falta de ar e princípios de desmaio em 37 dos estudantes e dois professores. Haviam sido intoxicados com um agrotóxico chamado Engeo Pleno, que deveria pulverizar uma lavoura de milho.

Os atingidos foram socorridos em hospitais e centros de saúde públicos na manhã daquele 3 de maio de 2013. Hoje "passam bem", mas não é possível, a qualquer prazo, detectar que danos esses inseticidas ainda provocarão nos corpos dessas pessoas.

Da mesma maneira como não é possível, ou melhor, não há interesse em estudar os efeitos dos agrotóxicos que absorvemos todos os dias, não necessariamente respirando nuvens tóxi-

> cas, mas em doses homeopáticas, consumindo produtos da agricultura convencional.

> "De repente, aparece uma doença", disse o agrônomo Adib Francisco Pereira, chefe da Divisão de Agricultura Orgânica da Prefeitura de Goiânia, em palestra sobre os efeitos da agricultura convencional durante a Agro Centro-Oeste Familiar, realizada entre os dias 13 e 15 de junho passado.

> "O médico não vê a causa, até porque, às vezes, o princípio ativo do veneno que causou o dano já saiu do organismo. Não existe na medicina uma disciplina básica que estude os efeitos dos venenos, agora que algumas escolas começam a se preocupar", lamenta.

> Em 2010, o Brasil, que já era considerado o maior consumidor de venenos do mundo (responde por 86% do que é vendido na América Latina), ultrapassou a marca de um milhão de toneladas de agrotóxicos despejados em lavouras da agricultura convencional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

> "Quanto a gente pagaria para não ter um câncer?", questionou Adib. "Desequilíbrio hormonal em crianças, deformidade, hiperatividade, tudo isso está relacionado à ingestão de venenos. O problema é sério e não é divulgado, porque senão seria uma calamidade", acusa.

"Não é por acaso que os ramos do mercado que mais crescem são hospitais, drogarias, vendas de insumos agropecuários", associa.

Guerra

O uso extensivo de agrotóxicos no mundo tem início depois da II Gerrra Mundial. A tese de Adib é que os altíssimos investimentos em tecnologia desenvolvida e utilizada para matar necessitavam de mercado.

"Máquinas pesadas e venenos usados na guerra: a indústria não tinha como utilizar e a saída foi jogar na agricultura. Agente laranja, tanques de guerra, foi tudo convertido. Declaramos guerra contra a natureza", disse a



Adib, em palestra para estudantes e produtores na Agro Centro-Oeste: agricultura convencional é insustentável

uma plateia de estudantes e produtores familiares.

"Tem que parar com essa cultura de querer matar tudo, os animais, insetos, pensar que tudo é praga. Não existe praga, existe inseto com fome", diz. "O ser

> humano sempre se coloca como deus, o maior. Não podemos ser tão egoístas. Fazemos parte da teia da natureza".

> "Multinacionais colocaram como verdade que agrotóxico é remédio para a planta, que tem que acabar com insetos, formigas, cupins. É como se quiséssemos viver sozinhos no planeta. Quem é mais importante para a terra, o ser humano, o cupim, a formiga? Conseguimos viver só nós de animais nesse planeta? A agricultura convencional diz que sim", criticou.

Respirando

Na agricultura convencional, monocultura ou chamado deserto verde, a terra é morta e as plantas vivem de insumos, têm raízes fracas. "A amostra de solo da agricultura convencional é estática", diz.

"Pegue amostras de solo da agricultura orgânica, leve ao microscópio e veja que ele está em movimento, com organismos vivos trabalhando, respirando".



Produtos orgânicos devem apresentar selos como este no rótulo. Mais informações em ibd. com.br. Em agricultura.gov.br/ desenvolvimento-sustentavel/ organicos consulte o cadastro nacional de produtores orgânicos

DIFERENÇAS BÁSICAS

Agricultura orgânica Agricultura convencional

Adubação verde. Não é nutriente direto para a planta, mas alimentos para microorganismos que geram nutrientes para planta

Exige observação e compreensão continua do local de produção. Proprietário estuda sua cultura e se conecta à natureza

Respeito ao sistema. Não se começa a produção de uma vez, é um processo mais lento, que considera os ciclos da natureza

Trabalhadores sofrem menos estresse e menos problemas de saúde. Aqui há mais condições de permanecerem na terra

Sustentabilidade: a terra é viva (com constante movimento de micro e macroorganismos), se renova e tende a se estabilizar na qualidade

Nutrientes solúveis (às vezes sintéticos). A planta absorve tudo o que é colocado, necessitando ou não daquele nutriente

É preestabelecida e monitorada com auxilio de manuais de produção. Qualquer investidor se torna produtor rural, basta ter capital

Desrespeito ao sistema. Tecnologia é utilizada para superar o tempo e os nutrientes da natureza, processo acelerado

Trabalhadores sofrem na saúde efeitos dos venenos, trabalham mais, têm menos qualidade de vida e abandonam a terra

Insustentabilidade: a terra se esgota porque venenos extinguem animais. Produção começa alta e tende a desertificação

disciplina básica que estude os efeitos dos venenos agora que algumas escolas

O broto da revolução orgânica

Professor da Agronomia produz em fazenda modelo com 50% de área preservada

NÚMEROS

5% a 20%

dos custos da produção convencional são os custos da orgânica

20%

ao ano é o crescimento da produção de orgânicos no Brasil

1/3

do alimento convencional produzido no mundo é perdido (FAO) Uma revolução embrionária, silenciosa, contra o uso de venenos na agricultura e o mau uso da terra está em curso. Trata-se de uma mudança de mentalidade de consumo, que faz crescer em até 20% ao ano a produção de alimentos orgânicos no Brasil. O que implica não apenas novas relações de consumo, mas uma outra relação com a natureza.

"É inaceitável que as pessoas usem venenos, matem as outras e nada aconteça. Não demora, haverá passeatas contra os agrotóxicos", prevê o professor da Escola de Agronomia Paulo Marçal Fernandes.

Proprietário da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Hidrolândia, Paulo prova que não é necessário desmatar 80% de área nativa para produzir.

Com 50% de sua área original preservada, a terra dá milho, 16 variedades de feijão, alho, pimenta, batata araruta, açafrão, cebola, variedades de tomate, mandioca, chia, gergelim (branco e preto), seis variedades de arroz, limão, laranja, tangerina, banana, jabuticaba, pequi, amendoim (preto e roxo).

São 370 hectares, 25 deles produtivos. Certificada como orgânica, a produção é vendida em lojas, restaurantes e principalmente direto ao consumidor em Goiânia, na feira do Mercado Popular, no Centro, aos sábados pela manhã.

"A agricultura convencional só é viável em grandes áreas por-

que a margem de lucro é muito pequena. Aqui tenho retorno alto", revela Paulo.

Cortina verde

Cultivar orgânicos não se resume a excluir os agrotóxicos – mas observar, pensar e respeitar o ciclo de vida da terra, praticar mercado justo e respeitar empregados.

Na fazenda do professor Paulo, que também



Paulo Marçal comemora espiga de milho roxo: ele nasceu na fazenda Nossa Senhora Aparecida, que foi certificada como orgânica em 2008



Flor do mel atinge até três metros de altura e é utilizada para atrair insetos, quebrar o vento e evitar erosão do solo

funciona como extensão da UFG, IFG e faculdades particulares, uma lavoura de feijão, por exemplo, se mistura a pés de laranja, café, banana e mexericas.

Insetos são distraídos por uma "cortina verde", um cinturão de flor do mel, tipo de arbusto que alcança até três metros de altura, que atrai pequenos animais, quebra o vento, evita erosão, perfuma e embeleza a lavoura.

Conexão com a natureza

Claro que cultivar produtos orgânicos exige mais tempo. O principal desafio da produção está na limpeza do solo de todos os resíduos de agrotóxicos, o que acarreta perda da produtividade no início, já que a terra exige tempo para ser reabitada por microrganismos.

Exige também observação e envolvimento com a natureza. Para se chegar ao tomate, um dos carros-chefe da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Paulo Marçal pelejou por dois anos.

Assim que começou a plantar, grilos cortavam metade das mudas. "Soltei galinha d'angola para comê-los, mas eles só saem à noite, não resol-

veu", lembra. Depois, ele usou farelo de arroz entre as mudas, o que atraiu os insetos no início, que logo enjoaram e voltaram ao tomate.

Um dia, Paulo teve de plantar a campo e chovia. Ele precisou colocar uma palhada alta e por isso não podia começar com mudas pequenas. "Foi aí que passei a desenvolver as mudas em bandejas e finalmente os grilos não conseguiam mais cortar", recorda-se.

"Seria muito mais rápido jogar logo o veneno, mas esse é o desafio da agricultura orgânica, observar e reinventar", diz.

Produtos não são necessariamente mais caros



Tomate, o carro-chefe da Fazenda Nossa Senhora Aparecida: produção só veio após dois anos de observação dos hábitos de um grilo, que cortava mudas jovens da planta

Praticar mercado justo é não visar apenas lucro. O tomate vendido por Paulo Marçal custou R\$ 4 durante dois anos. Esse ano subiu pra R\$ 5, se manteve quando o quilo chegou a R\$ 15 em alguns mercados do Brasil e assim ficará até 2014.

O custo da produção orgânica é baixo. Calcula-se entre 5% ou 10% da produção convencional. "E como vendemos por preços bons, a rentabilidade é muito alta", diz. Esse "preço bom", no entanto, não necessariamente assusta o consumidor.

Isso porque o mercado de orgânicos prima pela produção local e pela relação de confiança e proximidade entre produtor e consumidor, mantendo a qualidade dos produtos e excluindo a necessidade (e o lucro) dos intermediários.

"Se o preço subir no mercado e eu também subir, perco credibilidade. Uma alface orgânica no supermercado chega a R\$ 8. Demanda alta e oferta baixa, mas não podemos seguir essa lógica", constata Paulo. "Ceasa, por exemplo, é algo desnecessário. É a lógica da centralização e do controle. Na agricultura orgânica tentamos trabalhar fora disso", acrescenta.

"Muitos acham que os orgânicos são caros porque compram nos supermercados, enxergam o orgânico como produto de elite. Falta informação ao consumidor de que nas feiras, além de ter produtos mais frescos e baratos, ainda se tem um adicional de conversar com o agricultor e aprender muito sobre o alimento", disse a consultora de alimentação orgânica Nadia Cozzi, de São Paulo, ao **JP**.

Mas é possível alimentar o mundo, como ele está hoje, com produtos orgânicos? "Claro", garante Paulo. "Não há nenhuma restrição à produção orgânica, independente de tamanho de área. Já há dois produtores interessados em soja orgânica aqui em Goiás", anuncia.

Leite de pedra

Entre
os mais
citados do
mundo,
pesquisador
do ICB
enfrenta
precárias
condições
de trabalho

Entre os mais citados em publicações científicas no mundo, o pesquisador do ICB I José Alexandre Felizola Diniz Filho produz sob precárias condições físicas e burocráticas oferecidas pela UFG.

Seu nome surgiu em sétimo entre os 239 pesquisadores mais citados em publicações na área de Ecologia e Meio Ambiente no mundo. A lista foi divulgada em maio pela *Thompson Reuters*, uma agência internacional de informações para investidores, empresas e pesquisadores.

Luís Maurício Bini, colega de José Alexandre no ICB, aparece em vigésimo lugar na mesma relação. Eles são os únicos dois brasileiros com nomes ali, estão à frente do seleto grupo considerado hoje o mais forte do Brasil dentro da chamada ecologia quantitativa ou ecologia analítica e, além do status de pesquisadores mais produtivos internacionalmente, compartilham também as dificuldades de trabalhar numa estrutura física e burocrática que não acompanha a velocidade da ciência.

Enfrentam gabinetes apertados, desconfortáveis e sucateados, em que até quatro professores dividem o espaço; rede elétrica e internet instáveis; falta de servidores técnico-administrativos.

"Não há uma política para melhorar a vida das pessoas que estão aqui, não tem valorização institucional", desabafa José Alexandre. "E estamos falando de gabinete, não de laboratório, equipamento. Nunca defendi que a universidade tem que dar equipamento, isso a gente tem que conseguir nas agências de pesquisa, individualmente", diz.

Oscilações

Um sequenciador de DNA de última geração, equipamento de R\$ 1 milhão adquirido pelo ICB com projeto da Rede Centro Oeste (2011), está parado há mais seis meses porque não pode ser ligado numa rede elétrica com oscilações. Para preparar uma análise no aparelho, gasta-se em torno de R\$ 5 mil e não se pode correr o risco de falta de energia durante o sequenciamento, que pode durar até uma semana.



Pesquisador Rafael Loyola observa encanamento descoberto no teto da estreita sala no ICB I: ele improvisou um tapume para evitar entrada de morcegos no local

O problema de fornecimento de energia elétrica na UFG – de responsabilidade da Celg – compromete também o armazenamento. Não foram raras as vezes em que freezeres de alta potência, com material coletado durante até seis meses no Cerrado – desde Tocantins, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso – amanheceram

descongelados, com risco de perder as amostras. A solução é a instalação de geradores, que já até foram adquiridos pela universidade, mas que até o fechamento desta edição, na primeira semana de julho, não estavam instalados.

No Laboratório de Genética e Biodiversidade há uma pesada rotina de trabalho. O grupo já conseguiu R\$ 1 milhão em investimentos e deve ter em torno de R\$ 2 milhões em projetos aprovados nos últimos três anos. São três professoras e pelo menos 50 alunos com trabalhos de conclusão de curso em andamento – dissertações de mestrado e teses de doutorado. E nenhum técnico administrativo.

Produto

Mas o que mais emperra o trabalho de pesquisa, afirma José Alexandre, é uma estrutura burocrática e administrativa que permite que a carga horária de pesquisa declarada pelo docente não tenha relação com

produtos científicos, mas considera apenas projetos cadastrados na PRPPG. Seria uma brecha, explica Alexandre, que permitiria a professores que não fazem pesquisa nem extensão a não compensarem suas cargas horárias com ensino, o que sobrecarrega o trabalho de professores pesquisadores (leia entrevista na página 9).

PRPPG discute problemas, afirma Divina

Diretor do ICB, professor Cirano Ulhoa reconhece todos os problemas enfrentados pelos pesquisadores da unidade. "Eu também sou pesquisador, na Bioquímica temos a mesma situação", diz, ressaltando, porém, que a direção não tem autonomia para resolver os problemas. "O que tenho como autonomia está sendo feito, trabalho para isso", garante.

Pró-reitora de Pesquisa e Pósgraduação, Divina das Dores de Paula Cardoso informou que aguarda a instalação dos dois geradores no ICB. Sobre espaço físico, disse que a expectativa era contemplar todos os pesquisadores com a obra do ICB V. "Não obstante o crescimento e a expansão do quadro docente, com conseqüente desenvolvimento das pesquisas, leva a uma necessidade de revisão das instalações", disse.

Quanto ao fato de a carga horária de pesquisa declarada por docentes não ser comprovada com produtos, Divina adiantou que "a questão está sendo discutida no âmbito da PRPPG e que deverá ter para breve uma definição".



Fausto Nomura e Marcus Cianciaruso dividem a pequena sala no ICB I com mais dois pesquisadores: más condições de trabalho



Sequenciador de DNA de última geração custou R\$ 1 milhão e está parado há seis meses por falta de qualidade da rede elétrica

'Pesquisador não tem valorização'

O reconhecimento é da unidade e da instituição como todo, aponta José Alexandre Diniz Filho, em entrevista. Para ele, falta uma política que comprometa mais os não-pesquisadores com a sala de aula. "O professor que não faz pesquisa nem extensão teria que dar duas vezes mais aula. Isso está no regimento da UFG, mas não é cumprido", denuncia Alexandre, que se assume workaholic



José Alexandre, pesquisador de reconhecimento internacional: dificuldades

QUEM É

Diniz Filho

mestre e doutor

pela Unesp, em

José Alexandre

Graduado pela UFS,

Ciências Biológicas.

Pesquisador bolsista

produtividade 1A

do CNPq, membro

da Linnean Society

professor do ICB

(Londres) e

balhamos muito. É uma lenda que pes-

soas tenham sucesso na carreira porque são inteligentes, componentes, mas o compomuito forte. Eu sou workaholic.

José Alexandre - Acordo super cedo para levar as meninas na escola e no máximo às sete horas, sete e pouco, já estou trabalhando, aqui (ICB) ou em casa. E vou até sete horas da noite, quase que continuamente.

JP - Isso nesses 19 anos de

tento evitar. Fim de semana tento não trabalhar, a não ser que sejam coisas urgentes. Mas sempre tem um compromisso, um prazo pra cumprir. O que chamo de trabalhar é realmente trabalhar, escrever um trabalho, uma análise, obter um dado. Mas sempre estou respondendo um email. Todo fim de semana sento ali duas horas para isso, conversar com alguém. Não paro muito.

JP - A produção científica é valorizada pela administração da UFG?

José Alexandre - Não. Muito pouco. Existem tentativas. O que não existe não é valorização da produção, o que não existe é valorização do pesquisador. A universidade incorpora a produção científica como parte de sua avaliação, só que isso não retorna para o pesquisador, que não tem reconhecimento individual. O reconhecimento é da unidade. Esse é um problema em nosso instituto. Se você é

um pesquisador ativo, traz projetos e recursos para a universidade, orienta muitos alunos, não pode diminuir sua carga de ensino. Você pode até conseguir um acordo interno, mas não existe essa política oficial. Pela LDB, todo mundo teria que dar 8 horas/aula por semana. O problema não é o pesquisador dar 8 horas/aula, mas o profesnão-pesquisador também dar 8 horas/ aula. O professor que não faz pesquisa nem extensão teria que dar duas vezes mais aula. Isso está no regimento da UFG, mas não é cumprido. Se o fosse, supriria a demanda e desoneraria professores à frente de pesquisas.

IP - Por que isso ocorre?

José Alexandre

- Por contingências his-

tórias, razões políticas, é assim. Tem tentativas de mudar, discussões. Mas existem ressalvas. Primeiro, isso não é problema da UFG, é um problema da universidade brasileira, com raríssimas exceções. Talvez a UFG, com a alocação de vagas, esteja um pouco melhor que as outras universidades. Depois que isso não quer dizer que o pesquisador não tenha que dar aula. Pelo contrário. Não estamos num instituto de pesquisa, é obrigação do pesquisador dar aula, repassar o conhecimento. Universidade é para isso. Sob um ponto de vista ideal, essa briga sequer existiria, porque a universidade só deveria contratar professor pesquisador, isso inclusive está na LDB. Todo mundo faz pesquisa e todo mundo dá suas 8 horas/aula por semana. Não haveria compensação. A gente discute isso na UFG porque existe muita gente que não está fazendo nem pesquisa, nem extensão seriamente, simplesmente vem aqui na universidade, dá suas oito horinhas de aula mais ou menos e vai pra

casa. Questionei isso no conselho diretor. Todo mundo tem que dar suas 8 horas/ aula, tudo bem. Mas quero saber o que as pessoas fazem com as outras 32 horas. Todo mundo recebe por 40 horas. Ninguém nunca me respondeu.

JP - O professor pesquisador não tem privilégios?

José Alexandre - Não, nenhum. Só trabalha mais. Claro que muito do que fazemos, fazemos porque a gente quer, porque a gente gosta. Ninguém é workaholic por obrigação. Quando você se torna pesquisador e faz coisas relevantes na sua área, isso automaticamente atrai uma grande carga de trabalho paralela. Não é só você no seu laboratório, com seus alunos, fazendo pesquisa e publicando. Quando você se torna conheci-

Muita gente

não faz nem

pesquisa,

nem extensão

seriamente.

Simplesmente

vem aqui na

UFG, dá suas

oito horinhas

de aula e vai

pra casa. Todo

mundo tem que

dar 8 horas/

aula, tudo bem.

Mas quero saber

o que fazem

com as outras

32 horas. Todo

mundo recebe

por 40 horas

do, as pessoas chamam para palestras, bancas de exame, de concursos, para dar pareceres em trabalhos, em artigos, projetos, participar de comissões. Dependendo de sua área você ainda assume toda a parte administrativa e financeira dos projetos. É uma carga de trabalho associada à pesquisa e pessoas parecem não ter muita consciência quanto a isso, até porque não fazem parte do sistema.

JP - O que a UFG poderia fazer para impulsionar a pesquisa de qualidade?

José Alexandre

- As pessoas teriam que assumir isso. Se eu não faço pesquisa, não tenho perfil, perdi o bonde, o que pode acontecer, tem que ser honesto e fazer extensão. Se não tem

esse perfil, então é dar aula. O que não é admissível é a pessoa não fazer nada, diz que faz pesquisa, diz que faz extensão, mas não tem nenhum produto. Eu só posso dizer que faço pesquisa e contar essas horas no meu relatório anual se eu tiver produto. Outra coisa é, a partir de agora, contratar pessoas com perfil de pesquisador. Tenho a impressão de que a situação da extensão é pior ainda. Porque na pesquisa temos indicadores, se está fazendo ou não pesquisa. Na extensão é mais fácil burlar o sistema. Projeto é apenas intenção de trabalho. Acho que ninguém deveria ganhar por um projeto. O projeto é um empréstimo. O banco só quita quando você devolve o empréstimo pra ele. O que fazem é ganhar o empréstimo e ficar por isso mesmo. É ganho a fundo perdido. A partir do momento em que se valoriza o projeto, você só valoriza o empréstimo. A partir do momento em que não se dá retorno, não pode contar mais com projeto.

Jornal do Professor - Como é sua rotina de trabalho?

José Alexandre Diniz Filho - Tra-

privilegiadas. Pode até ter esses nente intensidade de trabalho é com certeza.

JP - Quantas horas por dia você se dedica à pesquisa?

UFG?

José Alexandre - Antes mais. Tenho tentado diminuir. Trabalhava muito à noite e hoje

Professores apanham e são detidos pela PM

Protesto que pedia melhorias para UEG e para sistema de saúde e educação na Cidade de Goiás é duramente reprimido durante abertura do Fica

Professores e estudantes da UFG, IFG e UEG alegam ter sido humilhados, espancados e arbitrariamente detidos por policiais militares, por protestarem contra as más condições de funcionamento da UEG e por melhores serviços públicos de saúde e educação na Cidade de Goiás. A violência ocorreu durante a abertura do 15º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), no dia 2 de julho.

A manifestação, organizada pelas redes sociais na Internet, seguia onda de protestos nacionais por melhores serviços públicos e tentava aproveitar a presença do governador Marconi Perillo (PSDB) na cidade para fazer as reivindicações. Utilizava megafone, faixas, cartazes e um caixão que, segundo participantes, simbolizava a morte das políticas públicas em Goiás. Tudo foi apreendido e não conseguiram se aproximar do governador.

Ao menos 30 manifestantes foram atacados com spray de pimenta no rosto enquanto sentados no chão, em volta de um Palácio Conde dos Arcos cercado por policiais, onde se encontrava a comitiva do governo. Alguns sofreram pancadas de cassetetes e socos. Nove pessoas foram algemadas, jogadas em porta-malas de carros da PM e levadas à delegacia da Cidade de Goiás. Ali permaneceram

algemadas a bancos de concreto por mais de quatro horas.

Um dos detidos é o professor da Faculdade de Direito do Câmpus Cidade de Goiás (CCG) Alexandre Aguiar dos Santos. Ele afirma que estava entre manifestantes quando sofreu uma gravata por trás, provavelmente um policial à paisana. O mesmo acusa o professor do curso de Geografia da UEG, Robson de Sousa Moraes (veja relato).



Alexandre, com hematoma no olho, fala para o Consuni: violência

"No chão, fui espancado com socos no rosto e chutes nas costas. Mesmo depois de algemado levei mais dois socos", relatou Alexandre Aguiar durante reunião do Conselho Universitário do dia 5 de julho (veja reportagem nesta página).

A Polícia Militar justifica que os manifestantes não atenderam à ordem de dispersar e que passaram a atirar pedras e garrafas d'água, e que por isso foi obrigada a usar a força (veja nota da corporação). Manifestantes afirmam que em momento algum atacaram a polícia, que, ao contrário, foram agredidos por não atenderem à ordem de dispersar e enquanto estavam sentados.

Advogados do grupo, dentre os quais professores da UFG, alegam que tiveram prerrogativas violadas. Teriam sido impedidos de ter contato com os clientes agredidos. Um deles é Allan Hahnemann, que trabalha com a tese de que a ordem para dispersar os manifestantes é ilegal. "A rua é pública, as pessoas podem se manifestar. Não houve desobediência", afirma.



Estudantes aproveitam protesto para reivindicar condições de acessibilidade na Cidade de Goiás



Manifestantes durante protesto na abertura do Fica: repressão

Conselho Universitário repudia violência

Reunido no último dia 5 de julho, o Conselho Universitário (Consuni), órgão máximo deliberativo da UFG, discutiu a gravidade da criminalização de movimentos sociais e repudiou as agressões ocorridas na Cidade de Goiás contra professores.

Nota assinada pelo reitor Edward Brasil repudia "as ações repressivas realizadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás na abertura do Fica". "O que está em jogo é a democracia desse País e deste Estado", alertou a presidente da Adufg Sindicato, Rosana Borges, que emitiu nota de repúdio contra o ocorrido.

A OAB Goiás também publicou uma nota de repúdio contra as ações da PM. Afirmou ser lamentável o tratamento dispensado a professores e estudantes e que é "grave" a violação de prerrogativas de advogados.





"Fui empurrado para o porta-malas da viatura, ouvindo claramente o comentário sarcástico do policial: 'Vou te mostrar o direito do professor na constituição', uma clara retaliação às intervenções feitas no microfone da passeata, onde clamávamos pela execução e garantia do legítimo direito constitucional de manifestação. Ainda desconheço o motivo de minha detenção, nada me foi alegado, o que me faz levar em consideração a hipótese que no Estado de Goiás, o Estado de Direito e a Carta Constitucional são letras mortas. Vivemos em um Estado de sítio não declarado. O que ocorreu comigo é uma pequena demonstração do que se repete diariamente com a juventude pobre da periferia, mais violentada ainda, por não dispor de atendimento jurídico, apesar de a lei determinar".

Robson de Sousa Moraes, professor de Geografia (UEG)

REAÇÃO INSTITUCIONAL

Entidades repudiam ação da PM. Corporação defende democracia em nota



NOTA DE REPÚDIO CONTRA A VIOLÊNCIA E DETENÇÃO DE MANIFESTANTES NA ABERTURA DO FICA

A Diretoria Executiva da Adufg Sindicato vem a público repudiar a violência cometida pela Policia Militar do Estado de Goiás contra manifestantes que, pacificamente, utilizavam o direito constitucional de livre expressão na abertura do Fica - Festival Internacional de Cinema e Video Ambiental - ocorrida na noite de ontem, 02 de julho, na Cidade de Goiás

Ao posicionar-se contrariamente à situação na qual a Universidade Estadual de Goiás encontra-se, professores e estudantes da UEG, da UFG e do IFG foram brutalmente agredidos pela PM que, além de ferir simbólica e fisicamente os manifestantes, também conduziu inúmeras detenções. Entre os detidos e agredidos, está o professor do Curso de Direito da UFG no Câmpus da Cidade de Goiás, Alexandre Aguiar dos Santos e diversos estudantes da UEG, IFG e do Câmpus de Catalão da UFG.

A Diretoria Executiva da Adufg Sindicato se solidariza com o professor Alexandre Aguiar dos Santos e com os demais manifestantes agredidos e detidos, bem como repudia toda e qualquer investida contra a liberdade de expressão e manifestação, que deve ser devidamente apurada e respondida à sociedade.

Goiânia, 03 de julho de 2013.

Diretoria Executiva da Adufg Sindicato

das Universidades Federais de Goiás

9° Avenida, 193, Leste Vila Nova - CEP 74643-080 - Goldnia-Golds Fones: (62) 3202.1280 / 3202.2586 - Fax: (62) 3202.2641



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás "Casa do Advogado Jorge Jungmann"

OAB-GO cobra apuração das agressões ocorridas na Cidade de Goiás

A CAB Goiás repudia todo ato de agressão. A manifestação ocorrida nesta terça-feira (2) na Cidade de Goiás resultou em oito pessoas detidas e relatos de

A Subseção da OAB na Cidade de Goiás coletou denúncias de atos praticados por policiais, justamente os responsáveis por combater a violência. Isso é lamentável. por porciais, justamente os responsaveis por compater a violencia. Isso e tamentavei. Advogados que militam na comarca ainda tiveram suas prerrogativas violadas, o que é grave, já que são constitucionalmente os representantes daquelas pessoas perante o

As comissões da OAB-GO de Direitos Humanos, Segurança Pública e de Direitos e Prerrogativas estão mobilizadas para acompanhar toda a apuração dos fatos. A Subseção de Goiás já se reuniu com o delegado local e ouviu relatos dos

A diretoria da OAB-GO se reuniu no dia 19 de junho com o secretário Joaquim Mesquita a fim de prevenir excessos por parte da policia perante as manifestações anunciadas para os días seguintes. Mais de 100 integrantes da Ordem foram anunciadas para os dias seguintes. Mais de 100 integrantes da Ordem ioram mobilizados para acompanhar as ações de segurança e prestar apoio aos manifestantes. A maior parte dos protestos tem seguido de forma pacífica.

A OAB-GO já encaminhou oficio à Secretaria de Segurança Pública e Justiça do

Estado de Golás cobrando a devida apuração dos fatos e punição dos responsáveis. A Ordem trabalha na elucidação das agressões e na devida reparação das faltas graves, no intuito de garantir o direito à livre manifestação da população goiana. Episódios como esse são intoleráveis e representam uma ameaça aos direitos

fundamentais da pessoa humana.

Suma

Mônica Araújo

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-GO

Rodrigo Lustos

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB-GO Alexandre Ramos Caiado

Presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO

Haroldo José Rosa Machado Filho Presidente da Subseção da OAB da Cidade de Goiás

Henrique Tibúrcio Presidente da OAB Goiás

Rus I.J.21 n° 200 - Setor Marista - Golinia-GO - CEP, 74175-120 - Caixa Postul 15 Fone (62)3238-2067 - Fax: (62)3238-2076 - Home Paget www.adga.org.br - E-maik comunicaca.org





NOTA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás vem a público manifestar solidariedade à comunidade vilaboense, professores e estudantes, vítimas da violência policial, e repudiar as ações repressivas realizadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás, na abertura do Festival Internacional de Cinema e Video Ambiental (FICA) – Cidade de Goiás, ocorridas no dia 02 de julho de 2013.

Por entendermos que o direito à manifestação pacífica faz parte do exercício da cidadania em um Estado democrático de direito, repudiamos também toda ação policial violenta.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

> Prof. Edward Madureira Brasil Presidente do CONSUNI -

Nota da Polícia Militar do Estado de Goiás

Caros leitores do Jornal do Professor,

O Brasil passa por um momento histórico em que o seu povo se levantou para protestar nas ruas, democraticamente, como permite a nossa Constituição Federal. Essas manifestações tiveram sua origem, principalmente, no berço acadêmico, dentro das faculdades, onde estão o futuro do nosso Brasil.

A Polícia Militar do Estado de Goiás sempre apoiou as manifestações ocorridas, como a que aconteceu na abertura do Fica, na Cidade de Goiás. Apoiamos as manifestações pacíficas, em que o povo sai às ruas para reivindicar seus direitos, mas que em nenhum momento, a ordem pública seja quebrada.

Infelizmente, em algumas manifestações, pessoas que não compartilham do mesmo ideal, nem da mesma forma de protestar, se infiltram nos grupos de manifestantes, atrapalhando o que seria um dos momentos mais épicos da nossa democracia.

Na manifestação na Cidade de Goiás, um grupo de manifestantes se recusou a cumprir um pedido dos policiais militares, de deixarem o local que protestavam, podendo se deslocar para outro local. Algumas pessoas que infringiam a lei causavam tumulto e ofereciam risco aos outros manifestantes, que estavam no local de forma pacífica.

Sobre essas pessoas que foram detidas e encaminhadas para o distrito policial da região, enfatizamos que não havia a possibilidade dos policiais militares que estavam trabalhando naquele dia saberem se eram professores ou apenas sujeitos que queriam causar algum tipo de problema no decorrer da manifestação.

Ressaltamos que, em todo o momento, foram respeitados os procedimentos legais, principalmente as orientações do nosso POP (Procedimento Operacional Padrão), conhecido pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

O Comando da Polícia Militar não concorda com nenhum tipo de violência, apenas afirmamos que, caso algum manifestante cometa uma infração, como a depredação do patrimônio público, ou até mesmo violência física, as medidas cabíveis serão tomadas.

A Polícia Militar do Estado de Goiás se coloca à disposição da sociedade, e principalmente do meio acadêmico, para construirmos um relacionamento saudável em prol de um Brasil melhor.

Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás

Pancadaria fragiliza projeto de fazer de Goiás pólo universitário

Única saída para crescimento da cidade, investimento em cultura e educação é plano ameaçado pela truculência, avalia diretora do câmpus

A violência com que foram tratados professores e estudantes da UFG, IFG e UEG, durante protesto por melhores serviços públicos de saúde e educação na abertura do 15º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), é um entrave ao projeto de transformar a Cidade de Goiás em cidade universitária.

"A gente quer transformar isso aqui numa cidade universitária. E se é assim, será lugar de pessoas com opinião formada, politizadas, que vão questionar mandos e desmandos", prevê Maria Meire de Carvalho, diretora da UFG Cidade de Goiás.

"Como transformar Goiás em cidade cultural com uma visão truculenta e agressiva de governo? Palavras de ordem são normais para quem vive a vida universitária, para quem vive a democracia", avalia.

Meire se mudou para Goiás há 15 anos. Trabalhou na UEG e, desde 2008, é professora da UFG, cuja perspectiva de crescimento com novos cursos - e consequentemente com a chegada de pessoas de fora, atraídas também pelo IFG e pela UEG – tem, na visão de docentes, potencial para reconfigurar as características econômicas e culturais da cidade.

Quando a UFG deixou de ser unidade avança para se tornar câmpus, em 2009, havia apenas o curso de Direito, com 360 estudantes, 21 professores e 11 servidores técnico-administrativos. Hoje são 960 estudantes, 55 professores e 18 técnico-administrativos com os novos cursos de Serviço Social, Administração, bacharelado em Filosofia e Pedagogia da Terra.

Patrimônio histórico e ambiental, a Cidade de Goiás não tem condições de abrigar indústrias e a população de 22 mil habitantes é uma das poucas no Estado que diminuiu nos últimos 10 anos. O caminhos para o desenvolvimento, acreditam professores, seria o cultural.

Gonzalo Armijos Palacios, exdiretor do câmpus: expectativa de transformar cidade em pólo universitário até 2020





Diretora do Câmpus Cidade de Goiás, Maria Meire, na porta de casa: "Como transformar Goiás em cidade cultural com uma visão truculenta de governo?"

"A minha esperança é que Goiás vire uma cidade universitária", diz o professor de Filosofia José Gonzalo Armijos Palacios, ex-diretor do câmpus. "A UEG está numa crise total, mas esperamos que resolva suas questões e se fortaleça. De qualquer forma, temos uma oferta em educação para jovens, para ensino público técnico ou superior enorme", afirma.

Medicina

A consolidação desse grande projeto seria a criação da Faculdade de Medicina na Cidade de Goiás. "Recebemos uma enorme demanda da população para criar a faculdade", alerta o professor. O movimento pró-faculdade de medicina

inclui professores, estudantes e trabalhadores da saúde. "Sou a favor da Faculdade de Medicina na Cidade de Goiás" é mensagem em adesivos grudados em carros e faixas estendidas na pelo município.

Se a faculdade se realizar, Goiás pode estar totalmente reconfigurada em cidade universitária já em 2020. A previsão é do professor Gonzalo Armijos Palacios. Mas ele ressalta: "É um movimento que envolve a reitoria, a direção do câmpus, a sociedade organizada da Cidade de Goiás, deputados goianos, governo. Um movimento que ganha força aos poucos".

"Todos estão interessados nisso, o Brasil cresce para o interior", alerta. Para Gonzalo, a escolha do diretor do Câmpus Catalão, Manoel Chaves, como vice-reitor do professor Orlando do Amaral, estimula ainda mais esse projeto.

Parcerias

A UFG tem parcerias em proje-

NUMEROS

estudantes estavam matriculados em 2009 na cidade

são os matriculados hoje e a expectativa é crescer

tos culturais, de pesquisa e de extensão com as unidades da UEG e do IFG na cidade. "Perguntaram por que professores da UFG estavam numa manifestação da UEG", diz Meire. "Isso é normal. É até uma questão de solidariedade com a situação da UEG. Não tem como não participar. Isso sempre vai ocorrer", acredita.

Parcerias também são visadas entre unidades universitárias e governos municipal e estadual. Em expansão, o Câmpus Cidade de Goiás, precisa de apoio do governo do Estado para conseguir áreas.

Mas a diretora Maria Meire lamenta o fato de não haver recebido, após o espancamento de professores e estudantes, sequer uma ligação por parte do governo do Estado, nem do comando

local da polícia, com pedido de desculpas ou o compromisso da apuração dos responsáveis pelas agressões.

🄰 🖢 O que aconteceu naquele fatídico episódio na bucólica e violenta Cidade de Goiás, sob a luz amarelada e envelhecida das luminárias da Praça do Coreto, foi um massacre opressor às angústias e expectativas sociais, ao grito de socorro do povo que jamais é ouvido quando fala baixo, ao direito elementar que cada um de nós tem de se expressar. O que aconteceu naquele episódio foi uma barbárie grotesca e muito real de como o Estado responde aos nossos anseios: por meio da força policial".

Fernanda Rezek, coordenadora do curso de Direito na Cidade de Goiás

Professores, técnicos e estudantes exigem 10% do PIB para educação

Centrais sindicais se mobilizam sem o impacto dos protestos registrados em junho

Na sequência das manifestações populares – quando milhões de pessoas ocuparam as ruas de mais de 400 cidades no Brasil em junho de 2013 – sindicatos e organizações trabalhistas demonstraram seu poder de mobilização no dia 11 de julho. A data foi chamada de "Dia Nacional de Luta" e se espalhou pelo Brasil.

Professores, técnico-administrativos e estudantes da UFG ocuparam as ruas de Goiânia no dia 11 de julho. Organizados pela Adufg Sindicato, SINT-IFESgo e DCE, exigiam, dentre outras reivindicações sindicais, 10% do PIB do Brasil para a educação pública. Engrossaram o movimento sindicatos dos policiais federais, policiais civis, Sintego, Fetaeg, Sindicato dos Músicos, Movimento Passe Livre, Sindicato dos Jornalistas, estudantes, defensores das causas dos negros, das mulheres e dos gays, além de movimentos autônomos. O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público em Goiás (Sindipúblico) não participou.

As manifestações foram organizadas nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores (CGTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Intersindical, Central Sindical Popular (Conlutas), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), com apoio de partidos.

As manifestações sindicais não mobilizaram tanto quanto os protestos populares de junho. Em Goiânia. No dia 20 de junho, mais de 50 mil pessoas teriam ocupado o Centro da Capital – a PM



Professores, ténico-administrativos e estudantes da UFG caminham pelo Setor Universitário, em Goiânia, em direção ao Centro, onde engrossariam movimento organizado pelas centrais sindicais

havia divulgado 20 mil, número contestado por analistas. O Dia Nacional de Luta, segundo a PM, aglutinou entre 1,5 mil e 2,5 mil pessoas no Centro de Goiânia – participantes afirmam ter sido ao menos 4 mil. Não houve registro de depredação ou agressões físicas.

Com estopim na redução das tarifas do transporte público, os protestos de junho tinham infinidade de reivindicações distintas. Sindicatos também se depararam com leque de exigências: fim do fator previdenciário, redução

da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajuste para aposentados, investimentos na saúde e educação, fim do PL 4330 (que amplia as terceirizações), reforma agrária e fim dos leilões do petróleo.

Apesar do número reduzido de participantes, os protestos afetaram o transporte público e o comércio em várias capitais do País. Rodovias foram bloqueadas em mais de 10 Estados, o que afetou operações em portos. Em Goiânia, ônibus não circularam no Centro na manhã do dia 11 de julho.

Relato de um estudante preso durante manifestação



Sou estudante de História da UFG. Escolhi o curso porque sempre me interessei em entender como a sociedade se organiza e, a partir daí, questioná-la. Sempre fui simpático a manifestações de rua. A história mostra que os principais direitos conseguidos pelo povo foram fruto de luta e nunca meramente cedidos por boa vontade dos governantes.

Na noite dia 20 de junho, estava com colegas na manifestação, em frente à Assembleia Legislativa, em Goiânia. A polícia começou a dispersar os manifestantes com bombas e corri para me proteger numa rua paralela à Assembleia. Foi quando fui atacado por um policial à paisana, que com uma arma apontada me mandou deitar no chão e começou a me chutar.

Em seguida apareceram outros homens, provavelmente policiais sem uniforme. Pisaram na minha cara, machucaram minha testa, quebraram um pedaço do meu dente. Comecei a pedir socorro e eles me amordaçaram e me deram vários chutes. Já tinham prendido outras três pessoas. Nos algemaram e nos jogaram um em cima do outro, num canto de um prédio, para que as pessoas não vissem a gente apanhando.

Fizeram ameaças, falaram que iam "brincar" com a gente e que aquilo só era o começo. Eu e os outros três fomos mal acomodados numa viatura apertada e sem nenhuma circulação de ar. Um ca-

marada começou a passar mal e eles não estavam nem aí. Ficavam dando risadas. Nos levaram para o 1° DP e nos acusaram de crimes que nenhuma pessoa ali tinha cometido.

Fui preso injustamente, me acusaram de estar portando materiais ilegais (coquetéis molotovs, sinalizadores, etc), que estavam em uma mochila que não era minha. Acusaram-me também de formação de quadrilha com outras três pessoas que eu nem conheço. Fiquei preso quatro dias. Nas cadeias não havia mínima condição de vida pra qualquer humano. Celas apertadas que não davam para todas as pessoas dormirem ao mesmo tempo. Me transferiram três vezes e todas as vezes tive que sair com as roupas do corpo, não deixavam levar as roupas e outras coisas que pessoas tinham me doado.

Essas transferências ocorreram porque a polícia receava que manifestantes invadissem as delegacias, mostrando que a repressão estava com medo das mobilizações.

Apesar de toda truculência, não me arrependo de participar dessas manifestações e vou continuar lutando pelos nossos direitos. Espero que as mobilizações deem uma nova lógica na organização das lutas populares no Brasil.

POTÊNCIA COLETIVA

Organizados pela Internet, protestos em Goiânia sinalizam para o surgimento de uma nova subjetividade política, para além de partidos, sindicatos e parlamentos





































PROTESTOS

Resgatar o passado, localizar o presente

Relatos de militantes de 68 ajudam a entender cenário atual de manifestações

O livro "68 – a geração que queria mudar o mundo: relatos" traz à tona memórias dos jovens da década de 60, que bateram de frente contra a ditadura militar no Brasil, e a constatação de que essa geração anterior tinha fins políticos claros, definidos ideologicamente. E que as manifestações populares que tomaram o Brasil este ano, não.

O lançamento, na Faculdade de Direito no dia 2 de julho, acompanhou debate público sobre as recentes manifestações no Brasil. Discutiram o cenário atual os professores Romualdo Pessoa (Geografia, UFG) e Silvio Costa (Jornalismo, PUC-GO). Pensado pelo professor Juarez Ferraz de Maia (Jornalismo, UFG), o evento contou ainda com as presenças da organizadora do livro, a militante carioca Eliete Ferrer e do presidente da Associação dos Anistiados pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (Anigo), Élio Cabral.

Com relatos de 100 militantes, traz histórias de violência do Estado no período da ditadura e também da resistência de militantes que pegaram em armas. "O medo veio para ficar no Brasil. O regime do terror imperava. Nós, jovens da época, não vimos saída: só restava a resistência com as armas", disse Juarez de Maia, que também escreve no livro.

Determinismo tecnológico

Se hoje as mobilizações são articuladas pelas redes sociais na Internet, "toda a comunicação era feita pelo telefone ou pelo telex", lembra Juarez. "As emissoras de rádio eram nossas aliadas". Foi com



Romualdo Pessoa, da Geografia: movimentos surgem da necessidade de mudar uma democracia falida



Eliete Ferrer, do Rio de Janeiro: "A tortura não acabou, torturadores não foram punidos, estão por aí"

essas ferramentas que jovens colocaram nas ruas a Marcha dos Cem Mil em 1968, ato que, para muitos, simboliza o começo do fim da ditadura militar.

Para Eliete Ferrer, é um livro necessário. "Porque a tortura não acabou, porque torturadores não foram punidos, pelo contrário, foram promovidos, estão aí", disse emocionada.

Crise

Romualdo Pessoa não lutou na década 60, mas participou das Diretas Já, nos anos 80. "É completamente diferente. Íamos pras ruas com bandeiras concretas, políticas, sabíamos o que queríamos", criticou. O que acontece no Brasil, afirmou, não é reflexo da incompetência de governos. "Vem de uma necessidade de mudar uma

democracia representativa falida, que se estende pelo mundo".

O diagnóstico apresentado pelo geógrafo é de alerta com a iminência de uma crise política. "O problema existe quando um sistema velho demora a ser substituído e o novo demora a despontar como alternativa. Vivemos esse momento", afirmou, citando Gramsci.

Sílvio Costa, da PUC, combate a ideia de que "tudo é novo" e ressalta que o movimento atual, com origem na luta pelo passe livre no transporte público, de esquerda, apresentou como fato uma direita que, utilizando os veículos de comunicação, disputa a direção do movimento. Com isso, afirma, abriram a caixa de Pandora e o problema original deixou de pautar o debate.

"Eliminaram os reajustes das

passagens, mas não entraram na questão da mobilidade urbana. Os anúncios não atendem as reformas que o País precisa", acrescentou. "Sem democratização dos meios de comunicação, nada mudará", disse.

O lançamento do livro e o debate foram realizados por Adufg Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo), Diretório Central dos Estudantes da UFG (DCE-UFG), Anigo e Fórum Goiano das Entidades dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Fogef).

A obra é uma publicação do Ministério da Justiça / Comissão de Anistia, dentro do Projeto Marcas da Memória, e é distribuída gratuitamente.



Professora Divina Marques

Sustentabilidade e ética em debate

A jornalista Divina Eterna Vieira Marques, professora da Facomb (UFG), acaba de lançar "Responsabilidade e sustentabilidade: uma ética para o desenvolvimento". Com abordagem filosófica, questiona se a ética tradicional é suficiente para conter as ações que paulatinamente degradam o meio ambiente. Trata ainda de questões relacionadas às novas tecnologias: engenharia genética, prolongamento da vida, direito de morrer, eugenia. E finaliza com discussão sobre economia e sociologia, buscando razões imediatas para preservar. "Preservar pode ir além da solidariedade e amor à vida – pode ser uma atividade criativa e rentável", diz a autora.

- Responsabilidade e sustentabilidade: uma ética para o desenvolvimento
- Thesaurus Editora
- 240 páginas
- Leart Livraria Distribuidora Ltda
- (62) 3091-5197
- R\$ 35

